

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwiuglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 10.000 (Brasil),
US\$ 58.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 72.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 24 A 30 DE JUNHO DE 1985
Nº 314 - CIRCULAÇÃO INTERNA

POLITICA NACIONAL

PT QUER QUE DEBATE SOBRE REFORMA AGRÁRIA TENHA O MESMO PESO DAS DIRETAS

O PT está propondo uma mobilização nacional com a criação de comissões interpartidárias que reúnam as diversas forças populares para que a discussão da reforma agrária ganhe um peso semelhante ao que foi dado às eleições diretas. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do partido, afirma que "somente desta maneira vai ser possível garantir que o governo não recue mais e faça efetivamente a reforma agrária que propõe, já que as pressões das forças reacionárias podem inviabilizar qualquer mudança". Em princípio o PT considera "tímida" a proposta do governo, e, segundo Lula, não tem muitas ilusões quanto ao caráter e à amplitude do plano de reforma agrária proposto pelo Incra. "O correto para os trabalhadores seria a socialização dos meios de produção, inclusive a da terra", afirma o presidente do partido. "Mas é preciso reconhecer que a proposta do Incra é um avanço, apesar das limitações que tem, já que ele despertou a esperança de milhões de trabalhadores rurais sem terra de conseguir um lugar para trabalhar". (FSP - 29/6/85)

DOM IVO CRITICA RESISTÊNCIAS

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Ivo Lorscheiter, criticou ontem os empresários brasileiros que se opõem ao Plano Nacional de Reforma Agrária: "Sua resistência é indevida e indiferente à sensibilidade social. Uma reforma agora poderia trazer paz e concórdia à sociedade." O comentário foi feito por Dom Ivo ao deixar o gabinete do Ministro da Agricultura, Pedro Simon, com quem conversou sobre a Reforma. Durante a audiência, o presidente da CNBB defendeu a recuperação do cooperativismo, dizendo que "uma das grandes soluções para a agricultura está na construção de um cooperativismo mais autêntico e sadio". Dom Ivo garantiu a Simon que a Igreja apóia o projeto de Reforma Agrária e defendeu uma política mais eficaz, que discipline os minifúndios e os latifúndios. Para ele, a propriedade rural deveria funcionar em regime de economia fami-

liar, com estímulo à criação de cooperativas que as reúnam. O apoio da Igreja ao projeto deve-se à garantia fornecida pelo Governo de que ela não acabará com a propriedade, mas a democratizará: "O direito à propriedade é sagrado e somos contra o comunismo coletivo da mesma forma que abominamos o capitalismo selvagem. Devemos pensar nas possibilidades históricas dessa solução dentro de um consenso nacional, onde mais brasileiros tenham terra." (JB - 27/6/85)

NÉLSON RIBEIRO FAZ RESTRICÇÕES À TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, qualificou ontem, em Curitiba (PR), de "restritiva" a idéia de que a reforma agrária pode ser instituída através da tributação progressiva, porque, no seu entender, embora esse instrumento possa corrigir distorções, "não dará acesso à terra a quem está fora e precisa". Ribeiro afirmou que o objetivo principal do governo, com seu projeto, é justamente permitir que "milhões de brasileiros possam ter acesso à terra para trabalhar". (FSP - 28/6/85)

ANÚNCIO DE REFORMA AGRÁRIA APRESSA O RETORNO DE TRÊS MIL "BRASILGUAIOS"

Atraídos de regresso ao Brasil pela reforma agrária proposta pelo Governo Sarney, 3 mil 500 brasilguaios de 800 famílias estão acampados em condições precárias no município de Mundo Novo, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Os brasilguaios, que são colonos brasileiros, vieram desse país, para o qual tinham se transferido, tempos atrás, atraídos por promessa idêntica de ganhar terras. Desencantados com a experiência - muitos estavam trabalhando em troca apenas de moradia e comida - os brasilguaios foram convencidos a voltar para o Brasil por panfletos sobre a reforma agrária e emissários da Comissão Pastoral da Terra, que estiveram em Porto Guaiãra, no Paraguai, e difundiram entre eles a idéia de que a volta era a melhor solução. (JB - 30/6/85)

SINDICALISTAS PEDEM UMA NOVA POLÍTICA SALARIAL

Durante a reunião na Granja do Torto com o Presidente, os sindicalistas deixaram claras as principais reivindicações dos trabalhadores: reformulação da política salarial, de forma a repor o poder de compra; maior autonomia sindical e adoção de uma lei de greve liberal. Os sindicalistas saíram do encontro sem promessas do Presidente José Sarney ou de seus Ministros; mas foram unânimes em considerar positiva a reunião pelo caráter democrático representado pela iniciativa. O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, resumiu a impressão causada aos sindicalistas pelas exposições dos Ministros e do Presidente da República: ficou patente que a Nova República enfrenta dificuldades. Mas os representantes do Governo deixaram também a idéia de que tomarão medidas de combate à inflação sem pressionar os trabalhadores. A expectativa, a partir desta reunião, é de que o Governo dará aumentos reais no salário mínimo, e de que, sempre que se colocar como mediador nas negociações coletivas, se pautará pelo objetivo de propiciar aumentos reais de salários, segundo o Presidente do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), Joel Alves de Oliveira. O Dieese, representado por Joel Alves e por Walter Barelli, enfatizou a discussão da questão sindical brasileira, como o modelo a ser adotado daqui para frente: se unitário ou pluralista. Também defendeu um controle mais rigoroso sobre os preços, especialmente os de gêneros alimentícios; a necessidade de o Governo adotar uma posição "de força" nas negociações com o FMI, de forma a não aceitar medidas econômicas recessivas e que impeçam a criação de novos empregos; a adoção de reajustes trimestrais de salários, e a suspensão do pagamento dos juros e de amortizações da dívida durante um período não especificado. (O GLOBO - 25/6/85)

SENADO APROVA EMENDA CALMON EM REGIME DE URGÊNCIA

O Senado Federal aprovou ontem, em regime de urgência urgentíssima, a regulamentação do parágrafo 4º do artigo 176 da Constituição, ou Emenda Calmon, que obriga a União a aplicar na Educação 13% de sua receita tributária. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são obrigados, pelo mesmo dispositivo constitucional, a aplicar o mínimo de 25%. Aprovado em 1983, o artigo 176 não vem sendo respeitado até agora, sob a justificativa de falta de regulamentação. (FSP - 28/6/85)

CONSTITUINTE

SARNEY PROPÕE CONSTITUINTE; DECISÃO SERÁ DO CONGRESSO

O presidente José Sarney, assinou ontem, em solenidade iniciada às 11h no salão de credenciais do Palácio do Planalto, mensagem ao Congresso propondo a instalação da Assembleia Nacional Constituinte no dia 31 de janeiro de 1987. O Congresso votará a emenda em agosto necessitando de quorum mínimo para aprovação (70 deputados e 11 senadores). Os constituintes serão os deputados federais e senadores a serem eleitos em novembro do próximo ano. Pela proposta do Executivo, caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) presidir a sessão. Os presidentes da Câmara e do Senado, serão eleitos no dia seguinte. No discurso de apresentação da mensagem, o presidente Sarney disse que "a primeira das nossas crises está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social. Não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e a ética". Explicou que a proposta que envia ao Congresso "corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há normas que determinem o modo de convocar-se o poder constituinte; para os que a promulgam, a Constituição será sempre documento com a intenção de permanência". (FSP - 29/6/85)

BRIZOLA CRITICA POSTURA DO GOVERNO

"Da forma em que o assunto está sendo encaminhado, teremos uma Constituinte conservadora, reacionária, comprometida com questões lesivas aos interesses do nosso povo e legitimando a orgia irresponsável que a elite dominante realizou no Brasil nos últimos anos." O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, criticou "os métodos adotados pelo governo na convocação da Constituinte", em pronunciamento que durou uma hora e quarenta minutos, na Assembleia Legislativa do Estado. (FSP 30/6/85)

OAB NÃO INTEGRA COMISSÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não indicou nem indicará nenhum representante para integrar a comissão que elabora, no âmbito do Executivo, o anteprojeto da Constituição, garantiu ontem, no Rio, o presidente do Conselho Federal da entidade, Hermann Assis Baeta, desmentindo notícias sobre a participação da OAB e da ABI. Baeta entrou em contato com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, que também negou haver feito qualquer indicação. A OAB reafirma sua posição contrária à comissão presidida por Afonso Arinos e volta a dizer que vê nela um "sério perigo" à democracia, na medida em que a "comissão de notáveis" reúne condições para "desvirtuar a Constituição de seu conteúdo popular". Baeta insistiu na defesa do "poder originário" para a Assembleia Nacional Constituinte, combatendo a transformação dos constituintes em deputados e senadores, bem como a outorga de poder constituinte aos senadores eleitos em 1982. (ESP - 26/6/85)

CONSTITUINTE PODE FORTALECER OS PODERES DO CONGRESSO

Um Congresso aberto à fiscalização e controle da sociedade, apto para fiscalizar o Executivo e com funcionamento mais dinâmico para consolidar a democracia no País na plenitude de suas prerrogativas, deverá resultar da Assembleia Nacional Constituinte. Esta é a expectativa de autoridades da Nova República, políticos e juristas, ao considerarem, consensualmente, que, na nova Constituição, deverá ser fixado um perfil, do Poder Legislativo, ao mesmo tempo clássico e aberto aos novos tempos. Para o presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, 68, a tônica da nova Carta deverá ser a de "ampliar o poder popular". Neste sentido, a iniciativa de propor leis não deverá ser exclusiva do Executivo e do Legislativo, e um projeto-assinado por um número significativo de cidadãos-deverá ser apreciado pelo Congresso. Ele defende, também, a adoção dos plebiscitos sobre temas polêmicos, como ocorreu, por exemplo, na Itália, com a lei do divórcio. Ulysses considera "fundamental" a interdependência dos três poderes e, de modo amplo, um regime presidencialista "temperado de parlamentarismo". (FSP - 30/6/85)

TRABALHADORES URBANOS

FUNCIÓNÁRIOS DA GTB EM RECIFE VÃO À GREVE PARA RECEBER SALÁRIO

Cerca de 300 funcionários da GTB (Guias Telefônicas do Brasil) entraram em greve em Recife para reclamar o pagamento de salários atrasados e outros benefícios que a empresa alega não poder pagar por estar com suas contas bancárias bloqueadas no País inteiro. O pessoal que trabalha no parque gráfico da empresa ainda não recebeu os vencimentos de maio, enquanto outros funcionários não recebem há três meses. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Antônio José de Lima, os atrasos no pagamento vêm ocorrendo há mais de um ano e a GTB também não tem recolhido o FGTS e o INPS dos seus empregados, além de não indenizar os funcionários que demite. (ESP - 27/6/85)

FUNCIÓNÁRIOS DA LOBRÁS EM BRASÍLIA PARALISAM TRABALHO

A quase totalidade dos 340 funcionários das Lojas Brasileiras em Brasília estão em greve. Ontem, cerca de duzentos deles, na sua maioria mulheres, "acamparam" em frete à loja, no Conjunto Nacional, maior shopping center da cidade. A principal das reivindicações diz respeito ao fim do que consideram tratamento "desrespeitoso" às funcionárias, e da proibição de ir ao banheiro sem uma autorização escrita da chefia. A diretoria do Sindicato dos Comerciantes de Brasília reclamava da impossibilidade de negociar, porque segundo o presidente do sindicato, José Neves, a gerência da loja não havia encaminhado à sede da empresa as reivindicações dos empregados, apresentadas há um mês. (FSP - 30/6/85)

PROTESTO DE MOTORISTAS PARALISA ESTRADA NO RIO

Os 400 caminhoneiros das três principais indústrias de cimento do Rio - Votorantim, Alvorada e Mauá -, localizadas no Município de Cantagalo, estão parados há oito dias, numa greve que já interrompeu toda a produção, e começa a afetar o mercado carioca, com a falta do produto. Os grevistas mantêm bloqueadas as estradas de acesso às indústrias e a algumas fazendas da região, permitindo apenas a passagem de carros de passeio. Até caminhos que conduzem óleo diesel, carvão e alimentos para os funcionários das empresas são bloqueados. Ontem, outra fábrica foi de sativada: a Paraíso, de Campos, no Norte Fluminense. (ESP - 25/6/85)

CSN ATENDE REIVINDICAÇÕES

Os 25 mil metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, (RJ) conseguiram ontem à noite, que todas as suas reivindicações fossem atendidas: vão ganhar 100% do INPC de reajuste, mais 3% de produtividade, uma bonificação de 44% como prêmio, no mês das férias, e ainda a mudança dos meses de reajuste salarial que era feito nos dias 1º de julho e 1º de janeiro e agora passa a ser nos dias 1º de maio e 1º de novembro. "Foi a maior conquista dos metalúrgicos nos últimos 20 anos e não precisamos recorrer à greve", observou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, José Juarez Antunes. Segundo ele, essas conquistas foram possíveis devido ao sacrifício que os funcionários da CSN fizeram no ano passado, após uma greve de cinco dias que não deu resultado. Reunidos no portão leste da empresa, cerca de dez mil metalúrgicos saíram em passeata pelas ruas centrais da cidade, concentrando-se à noite diante do escritório-sede da siderúrgica, para comemorar a assinatura do acordo.

METROVIÁRIOS PARAM 10 MINUTOS CONTRA RECURSO DA COMPANHIA

O Metrô de São Paulo vai parar dez minutos hoje - das 14h20 às 14h30. A decisão foi tomada em assembleia realizada no Sindicato dos Eletricistas por cerca de quatrocentos (7,7%) dos 5.200 metroviários. Os metroviários protestaram contra o recurso que a diretoria do Metrô ameaça entrar junto ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) para não conceder quinquênio, 4% de produtividade e 100% pelas horas extras, já concedidos pelo Tribunal Regional. Assembleia decidiu manter as operações padrão e as paralisações curtas como a de hoje até que o recurso junto ao TST seja decidido. (ESP - 28/6/85)

FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS: FIM DA GREVE

Após dez dias de várias manifestações, até mesmo com piquetes e tentativas de invasão de repartições públicas, o comando de greve dos funcionários públicos municipais decidiu ontem, em assembleia geral, encerrar a greve que não conseguiu sensibilizar a categoria em todo o seu conjunto. A paralisação mais abrangente foi nas áreas das secretarias da Família e Bem Estar Social e de Higiene e Saúde - 65 das 209 creches da Capital não funcionaram e a assistência médica restringiu-se aos atendimentos de emergência (que representam quase 80% dos serviços do setor). O comando de greve (ligado a várias correntes políticas do Partido dos Trabalhadores) decidiu convocar uma nova assembleia geral para o final de julho. Nessa reunião serão debatidas novamente as reivindicações feitas pelos funcionários públicos. Ou seja, o comando de greve deverá insistir na concessão da trimestralidade, alteração das datas dos reajustes e apresentar uma série de novas exigências salariais visando a beneficiar a categoria do funcionalismo público municipal. (ESP - 28/6/85)

FIM DA GREVE NO DF

Terminou ontem a greve dos auxiliares de enfermagem e funcionários administrativos da Fundação Hospitalar de Brasília iniciada há uma semana. Em assembleia realizada ontem os auxiliares de enfermagem aceitaram a proposta de "reposição salarial escalonada", feita pelo governo do DF, pela qual eles terão um aumento de 45%, além de 100% do INPC. O aumento será dividido em 15% em julho, 10% em outubro e 15% em dezembro. (FSP - 25/6/85)

SERVIDORES DO HC DE SÃO PAULO FAZEM PASSEATA NA AVENIDA PAULISTA

Cerca de dois mil funcionários do Hospital das Clínicas, em greve desde o dia 18, fizeram passeata de 2h30 ontem de manhã, na região da avenida Paulista, para distribuir cinco mil folhetos informando a população sobre os motivos da paralisação. Aproximadamente quatro mil pessoas deixam a ser atendidas diariamente no HC, o maior complexo hospitalar da América Latina. Antes de sair às ruas, os grevistas fizeram um ato em frente ao prédio da administração, na praça da Tristeza, onde o comando de greve informou que "80% dos serviços do hospital estão paralisados".

Os servidores do HC (sete mil) pedem equiparação salarial com os funcionários do Instituto do Coração (Incor) e a transformação do hospital em autarquia especial. (FSP - 25/6/85)

MÉDICOS SUSPENDEM GREVE, CONFIANDO NAS NEGOCIAÇÕES

Os profissionais da área de Saúde decidiram retornar hoje ao trabalho, após 51 dias em greve, confiando na palavra do Governador Leonel Brizola de que iniciaria negociações 24 horas após o término do movimento. Representantes do comando de negociação entraram ontem em contato com o Secretário Eduardo Costa, logo ao final da assembleia, e marcaram novo telefonema para hoje de manhã, quando se definirá o horário e local do encontro para o início das negociações. (O GLOBO - 27/6/85)

TRABALHADORES RURAIS

LAVRADORES DENUNCIAM ESCRAVIDÃO

Dois lavradores que conseguiram fugir quando eram transportados para uma fazenda em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, denunciaram ontem à Polícia Federal, nesta capital, o fazendeiro Sebastião Terboi, de Jiparaná, que os levou - em um grupo de 100 - da cidade de Governador Valadares, neste Estado, para sua fazenda, onde os mantinha em regime de escravidão. Denunciaram também, em entrevista na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, que foram agenciados pelo gato (intermediário de mão-de-obra) Itamar Magal Virdipino, sendo transportados por conta de Salvador Fernandes, proprietário do Restaurante Fernandes e também empresário de transportes em Governador Valadares. (JB - 27/6/85)

CONTAG PREVÊ DESAPROPRIAÇÕES A CURTO PRAZO

O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, afirmou ontem que o Presidente José Sarney garantiu que, mesmo com a prorrogação do debate sobre a reforma agrária até agosto, vão começar as desapropriações em áreas de conflito. A informação não foi confirmada pelo Governo. José Francisco, representante de 2.600 sindicatos rurais, participou ontem de um encontro com Sarney na Granja do Torto. Segundo ele, o Governo, decide hoje se prorroga o debate, mas Sarney lhe assegurou que não haverá recuo na execução da reforma. (O GLOBO - 27/6/85)

AGRICULTORES MANIFESTAM SOLIDARIEDADE A RIBEIRO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e as Federações estaduais divulgaram nota ontem em que manifestam solidariedade ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro e ao Presidente do Incra, José Gomes, "vítimas de insidiosa campanha promovida pelos eternos defensores do latifúndio". Manifestam ainda a certeza de que Ribeiro e José Gomes não recuarão da decisão política de efetivar a reforma agrária e reafirmam a decisão do 49º Congresso Nacional dos Trabalhadores na agricultura, encerrado na última sexta-feira, de apoiar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Diz a nota que a execução do Plano impedirá "a expansão e a Perpetuação do latifúndio", contribuindo assim para a efetiva democratização da sociedade, e garantirá o acesso à propriedade da terra a 7,1 milhões de pessoas. (O GLOBO - 30/6/85)

CANAVIEIROS REABREM A TRANSAMAZÔNICA

Os canavieiros do Projeto Abrahão Lincoln (Pacal) reabriram ontem de manhã a Rodovia Transamazônica, dando um voto de confiança ao interventor Roberto Flores Martins, que chegou na sexta-feira. Eles vão aguardar até quarta-feira a liberação dos Cr\$ 27 bilhões já colocados à disposição pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário para o pagamento das safras de cana perdidas desde 1983. Hoje de manhã, os canavieiros deverão se reunir em nova assembleia geral, para decidir sobre uma marcha a ser realizada até Brasília e o novo fechamento da Rodovia Transamazônica, caso o dinheiro não seja liberado até quarta-feira. (O GLOBO - 30/6/85)

INDIOS

TERRA DE ÍNDIO

Durante a audiência que teve ontem cedo com o Presidente José Sarney, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) propôs que antes de iniciar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária o Governo demarque as áreas indígenas sob pena de acirrar os conflitos entre brancos e índios por causa de questões fundiárias. O Presidente o tranquilizou, prometendo que a Reforma não atingirá as áreas indígenas e ainda anunciando que o seu Governo acelerará o processo de demarcação de territórios dos índios. (O GLOBO - 25/6/85)

CAINGANGUES SEQUESTRAM 4 FUNCIONÁRIOS DO INCRA E ITC

Aproximadamente quatrocentos índios caingangue, da reserva São Jerônimo da Serra - município a trezentos quilômetros ao norte de Curitiba (PR) -, sequestraram ontem de manhã e mantêm em cativeiro dois funcionários do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e dois do ITC (Instituto de Terras e Cartografia). Para libertá-los, querem solução para a posse de 1.607 hectares da reserva, ocupados atualmente por 127 famílias de posseiros. Os índios estão armados com arcos, flechas e espingardas. Para evitar um possível conflito com os posseiros, a Secretaria de Segurança do Paraná enviou ao município vinte soldados da PM. Os caingangue exigem, como condição para negociar, a presença, na reserva, do presidente da Funai, Gerson Alves da Silva, de um diretor do Incra e de um representante da Justiça. (FSP - 29/6/85)

ÍNDIOS INVADEM FAZENDA PINTADOS PARA A GUERRA

Mais de 40 índios cadiueus vestidos para a guerra invadiram a fazenda Santo Onofre, localizada dentro de sua reserva, no Mato Grosso do Sul, e fizeram vários reféns, entre eles o fazendeiro Honorivaldo Alves, cujo avião prometeram incendiar se até as três horas de hoje não houver nenhuma resposta às suas exigências. Em Mato Grosso do Sul, a situação é tensa e, na reunião entre os líderes do movimento e o delegado regional da Funai, um dia depois da invasão da fazenda, ficaram acertadas três exigências: a presença do presidente da Funai, Gerson Alves da Silva, do deputado Mário Juruna e também do ex-presidente da Funai, Jurandir Fonseca, que os índios apontam como o principal responsável pelos atuais conflitos, porque renovou os contratos de arrendamento com os fazendeiros. Segundo Juracy Almeida de Andrade, que é chefe de segurança da reserva indígena, os índios afirmaram que Jurandir os traiu ao renovar os contratos e que teria recebido Cr\$ 150 milhões para fazê-lo. Eles acusam ainda o deputado federal Albino Coimbra de ter

recebido Cr\$ 130 milhões para apressar as negociações entre os fazendeiros interessados e a presidência da Funai, na época da renovação. Estão detidos na fazenda os engenheiros agrônomos José Resina Fernandes Júnior e Geraldo Costa Ferreira - ambos funcionários da Funai -, o chefe do posto indígena de Bodoquena, Antônio Bezerra e o fazendeiro Honorivaldo Alves, acusado de tentar subornar índios, oferecendo mil vacas a um deles, o que foi recusado. Honorivaldo possui nove fazendas arrendadas nas terras indígenas. (ESP - 29/6/85)

TRIBO CADIVEU FAZ ACORDO COM A FUNAI E LIBERTA OS QUATRO REFÊNS

Depois de firmarem um acordo com o Presidente da Funai, Gerson Alves, os índios cadiveus da reserva de Bodoquena libertaram os quatro refêns: os funcionários da Delegacia Regional do órgão Antônio Bezerra, José Resina Fernandes Júnior e Geraldo Costa e o fazendeiro Honorivaldo Alves, proprietário do avião Cessna 180, prefixo PTINX, apreendido pela tribo. Gerson Alves e o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que o acompanhava, foram recebidos por quase uma centena de cadiveus armados de paus e facas, além de dezenas de guerreiros a cavalos que os escoltaram até a sede da Fazenda Santo Onofre, onde estavam os prisioneiros. Logo depois foi iniciada reunião que resultou na libertação dos refêns em troca da desocupação de todas as fazendas situadas na reserva e que estão sendo exploradas por brancos há mais de 20 anos. Os cadiveus deram prazo de 90 dias para os brancos saírem da reserva, caso contrário iniciarão "uma série de ataques contra os invasores e haverá muitas mortes", conforme garantiu o líder guerreiro Martinho da Silva. Gerson Alves concordou com a reivindicação dos cadiveus, por considerar que estão pleiteando áreas que lhes pertencem, como a reserva Bodoquena, doada aos índios por D. Pedro II, e disse que não pode impedi-los de agir à maneira deles para garantir seu direito à terra. (O GLOBO - 1/7/85)

APINAGÉ ESTÃO EM PÉ-DE-GUERRA

Cerca de mil índios apinagé estão pintados para a guerra e dispostos a invadir Tocantinópolis, norte de Goiás, para libertar seis indígenas presos na Delegacia da cidade. Os apinagé estão sendo ajudados por índios xerente e krahe, que estão em Araguaiana discutindo a melhor forma de resolver os problemas dos apinagé. Eles se dizem dispostos a matar quem os impedir de resgatar os indígenas presos. Também para ajudar os apinagé já estão na região mais de cem índios carajá, revoltados com a morte de um índio apinagé, na sexta-feira. O Delegado da Funai, Fernando Esquiavini, está impedido de chegar a Tocantinópolis, pois foi ameaçado de morte pelo Delegado da cidade, Sebastião Lima, responsável pelo tiroteio entre brancos e índios no dia 28, em que um índio foi morto e dois ficaram feridos, internados em estado grave no hospital de Tocantinópolis. (O GLOBO - 30/6/85)

IGREJAS

ENTIDADES ECUMÊNICAS DENUNCIAM A RETOMADA DOS ATAQUES CONTRA CEBS

O recrudescimento de uma "escalada" contra as Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's) e a Teologia da Libertação por parte da Santa Sé e de setores conservadores da Igreja é denunciado em folheto de oito páginas, elaborado por onze entidades ecumênicas e que está sendo distribuído às comunidades e paróquias de todo o país. O texto intitulado "Um processo de ataques contra a Igreja que nasce do povo" faz um resumo da história recente da Igreja na América Latina, apontando as restrições e punições a teólogos como Leonardo Boff, Gustavo Gutierrez e Clodovis

Boff e as pressões na Nicarágua para que abandonem a militância política. "Com uma triste surpresa - diz o documento - percebe-se que a Igreja, que tomou uma posição de defesa dos direitos humanos durante os últimos vinte anos de história latino-americana, infelizmente reproduz estas violações em seu próprio seio." As entidades citam ainda dois documentos do Governo norte-americano - o Informe Rockefeller (1969) e o Documento de Santa Fé (1980 - base do programa do Governo Reagan) - ambos advertindo contra a Teologia da Libertação, Ceballos e a Igreja progressista e destacam o apoio oficial do Vaticano e do próprio Papa João Paulo II, aos setores e movimentos mais conservadores, como a "Comunhão e Libertação" e a "Opus Dei" (transformada em prelazia pessoal). Entre as entidades que assinam o documento estão o Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep), Instituto Sedes Sapientiae, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). (O GLOBO - 25/6/85)

PROFESSORES PEDEM FIM DA SUSPENSÃO A BOFF

Cento e oito professores de Teologia da Alemanha Ocidental e Suíça pediram ao Vaticano que suspenda a condenação - um ano de silêncio - imposta a Frei Leonardo Boff, conforme anunciou ontem em Bonn a Central Missionária Franciscana. Os teólogos se declaram "solidários com o colega e irmão Leonardo Boff", e afirmam que a punição a ele prejudica a toda a Igreja Latino Americana, que "não precisa de uma regulação dirigista, mas de toda a nossa simpatia e apoio". (O GLOBO - 29/6/85)

JUSTIÇA E PAZ DO VATICANO RECEBE RECURSO EM FAVOR DE BOFF

O recurso extraordinário e extra-judicial contra as penas de silêncio e censura prévia impostas no mês passado ao teólogo franciscano Leonardo Boff, já está protocolado, desde anteontem, no Vaticano, dirigido ao papa João Paulo 2º. O documento foi entregue, em nome de centros de direitos humanos e outras instituições cristãs brasileiras, ao cardeal africano Bernardin Gantin, presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, pelos advogados Hélio Bicudo, coordenador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos e José Queiroz, da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados. A íntegra do recurso (que será entregue, hoje e amanhã à Associação Internacional de Juristas, em Paris, à Corte Internacional de Justiça, em Haia; ao Conselho Mundial de Igrejas e à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra) foi entregue, ontem à tarde, à imprensa, na Cúria Metropolitana de São Paulo. Com dezoito laudas, o recurso afirma que as penas impostas a Boff - especialmente o silêncio - não podem ser mantidas, "primeiro porque não decorrem de um procedimento administrativo ou judicial, onde tivesse sido garantida ampla defesa, e depois porque nenhum delito, passível dessas punições, cometeu o teólogo e, enfim, porque existe uma contradição entre a pregação da Igreja - que se erigiu em primeira defensora dos direitos do homem e, entre eles, os direitos de liberdade de expressão do pensamento e da pesquisa - e a prática de violá-lo com a imposição de cassação da palavra oral ou escrita". (FSP - 28/6/85)

VATICANO REVOGARÁ PUNIÇÃO IMPOSTA A BOFF

Numa medida que restabelece o clima de diálogo entre o Vaticano e os setores da Igreja latino-americana identificados, direta ou indiretamente, com a Teologia da Libertação, a Cúria Romana revogará, em julho próximo, as punições de silêncio e censura prévia, impostas, no final de abril passado, ao teólogo franciscano Leonardo Boff. Os entendimentos diplomáticos mantidos entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os cardeais Aloísio Lorscheider e Paulo Evaristo Arns e o papa João Paulo 2º, além do cardeal Joseph Ratzinger, abriram um caminho correto para o fim das penalidades. A pressão da opinião pública brasileira e internacional pesou, também, na decisão do Vaticano. (FSP - 30/6/85)

ÁFRICA DO SUL NEGA VISTO PARA VISITA DE DOM PAULO

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse ontem que não sabe "por que o governo sul-africano tem motivos para temer minha visita. Eu não iria falar contra o apartheid, mas sim contra todo tipo de discriminação racial existente no mundo". Poucas horas antes de embarcar para Johannesburgo, o cardeal foi informado de que estava proibido de entrar na África do Sul, o que provocou protesto do Itamarati. Convidado pela Conferência Episcopal da África do Sul, o cardeal faria três conferências, mas recusou-se a assinar documento preparado pelo Consulado-Geral, em que se comprometeria a não participar de atos promovidos pelo movimento End of Conscription, que luta pela abolição do serviço militar. Dom Paulo exortou o Governo brasileiro a interromper a venda de armas à África do Sul lembrou que, ano passado, nem precisou de visto para entrar na Polônia. (JB - 27/6/85)

ITAMARATY LAMENTA DECISÃO E EMITE NOTA DE DESAGRAVO

O Ministério das Relações Exteriores emitiu ontem uma nota lamentando que o governo da África do Sul não tenha autorizado "a viagem pastoral do cardeal d. Paulo Evaristo Arns a Pretória, a convite da Conferência dos Bispos da África do Sul". A nota de desagravo do governo brasileiro havia sido prometida pelo presidente José Sarney, anteontem, à diretoria da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), segundo o relações públicas da CNBB, padre Arnaldo Betrami. O padre Arnaldo disse ontem que parte da conversa do Presidente com os onze bispos diretores da CNBB foi sobre o cancelamento do visto de entrada do cardeal de São Paulo na África do Sul. O presidente Sarney, após conversar com os bispos, discutiu com o Itamaraty as providências que deveriam ser tomadas e às 20h comunicou por telefone à CNBB que a insatisfação do governo brasileiro com o fato seria expressa através de uma nota de desagravo. (FSP - 27/6/85)

INTERNACIONAIS

URUGUAI: TRABALHADORES NA RUA EXIGEM SOLUÇÕES

O Plenário Intersindical dos Trabalhadores (PIT-CNT), principal central sindical uruguaia, convocou para hoje manifestações em todo o país a fim de lembrar o 12º aniversário do golpe militar de 1973 e apresentar uma série de reivindicações ao governo. As manifestações serão realizadas sob o lema "Soluções agora; ditadura nunca mais" e são apoiadas pelos principais partidos de oposição, Frente Ampla (coligação de esquerda) e o Partido Blanco, além de várias outras organizações. A principal manifestação será realizada na capital após uma passeata pelo centro da cidade e espera-se a participação de uma grande multidão. As reivindicações que serão feitas pelos sindicalistas são 15, entre elas aumento de salários, subsídios aos produtos de primeira necessidade, redução da taxa de juros, criação de novos empregos, plano para a construção de moradias, não aceitação das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e esclarecimentos sobre violações dos direitos humanos durante o regime militar. Os sindicalistas manifestaram ontem que a principal reivindicação é a rejeição das exigências do FMI "que implicam uma nova redução do salário real e reduzem as possibilidades de superar a crise que o país atravessa". O governo não aceita romper com o FMI e está negociando com o organismo o refinanciamento da dívida externa, calculada em 4,6 bilhões de dólares. (ESP - 27/6/85)

MOVIMENTOS SOCIAIS

CONTRA OS ÍNDICES, MUTUÁRIOS FAZEM REUNIÃO EM BRASÍLIA

Os coordenadores estaduais das associações de mutuários reúnem-se hoje em Brasília para elaborar documento de protesto contra os índices de reajuste da casa própria e avaliar a mobilização dos três milhões de mutuários do Banco Nacional da Habitação (BNH). Segundo as associações, os mutuários devem continuar recorrendo à Justiça, onde têm conseguido índices médios de 190 por cento para o reajuste anual das prestações, sem aceitar o índice de 246,3 por cento fixado para o reajuste anual ou mesmo o de 112 por cento oferecido àqueles que optarem pela semestralidade, adotando o plano de equivalência salarial. (O GLOBO - 25/6/85)

OUTRAS

PAULISTAS FAZEM MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE À NICARÁGUA

A Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua, apoiada por cerca de 30 entidades, entre partidos políticos e sindicatos, organizou no último dia 21 de junho, uma jornada cultural de apoio àquele país centro-americano nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra o bloqueio econômico que lhe foi imposto pelos Estados Unidos. A partir das 14 horas, bandeiras com as cores preto, vermelho e branco da Frente Sandinista da Libertação da Nicarágua (FSLN), começaram a ser afixadas no primeiro andar do edifício, além de faixas com os dizeres: "Tirem as Mãos da Nicarágua" e "A Nicarágua tem que Sobreviver". Durante o ato, os organizadores fizeram comparações entre a situação de abandono das crianças brasileiras - muitas das quais cheiravam cola de sapateiro ali mesmo nas imediações do teatro - e as nicaraguenses, que, em contrapartida, se vêm desenvolvendo desde o triunfo da Revolução Popular Sandinista em decorrência da erradicação da miséria e do analfabetismo, herdados da ditadura somozista que durante longos anos dominou o país, com apoio de Washington. Os oradores explicavam ao público que o Governo dos Estados Unidos, na ânsia cada vez maior de dominar o mundo, vem tentando destabilizar a jovem revolução através do movimento contra-revolucionário com sabotagens a centros de produção, mortes, sequestros de camponeses, ataques a pontos estratégicos, ameaça constante de invasão, o que nestes seis anos já deixou um saldo de mais de oito mil mortos e aproximadamente US\$ 1 bilhão de prejuízos. Agora - continuaram os manifestantes, o bloqueio econômico busca destruir definitivamente o processo revolucionário e suas conquistas. Nesse sentido, cabe a nós, brasileiros democráticos, que lutamos por um país livre e soberano, defender com todas as nossas forças a luta do povo nicaraguense pelo direito a paz e a soberania. O ato realizado no Teatro Municipal é apenas o começo de uma ampla campanha nacional que será iniciada oficialmente no dia 19 de julho em todo o Brasil pelas entidades que se solidarizam com a Nicarágua, com o objetivo de enviar toneladas de alimentos, medicamentos, implementos agrícolas e outros produtos ao país como forma de minimizar o boicote econômico imposto pela Casa Branca. Esse amplo esforço, acertado por mais de 60 entidades que se reuniram num encontro nacional, pela quarta vez, em Goiânia (GO), no início de junho, prevê ainda pressões junto ao Governo Franco Montoro para o cumprimento de promessas feitas ao Presidente Daniel Ortega quanto à abertura de linhas de crédito e a intensificação das relações comerciais entre o Governo Estadual de São Paulo e a Nicarágua. (JORNAL DO PAÍS - de 27/6 à 3/7)

COMISSÃO PASTORAL PEDE A GOVERNO QUE NÃO RECUE E EXECUTE A REFORMA AGRÁRIA

Após reunião para debater a reforma agrária proposta pelo Governo federal, a Comissão Pastoral da Terra da Região Centro-Sul de Goiás pediu ao Governo que não se "acovarde", recuando mais uma vez "ante as ameaças absurdas dos fazendeiros, uma minoria privilegiada". O documento pede uma nova política agrícola que garanta preço justo à produção e educação e saúde aos camponeses.

Na nota oficial - denominada Reforma Agrária, Condição e Justiça - a Comissão Pastoral acusa ainda os fazendeiros de ameaçar o direito da "maioria do sofrido e explorado povo brasileiro". Assinado pelo Bispo da cidade de Goiás, D. Tomás Balduino, o documento pede também que "os exércitos de jagunços sejam desmontados para o direito à terra se assentar no trabalho e na justiça". São os seguintes os principais pontos da nota:

1. A violência contra trabalhadores rurais, posseiros, sem-terra, pequenos proprietários e bôias-frias tem avançado, tornando-se insuportável. As autoridades até o momento não se manifestaram. Os criminosos continuam sem punição.
2. Os projetos Próalcool e outros são executados sem que sejam ouvidos os trabalhadores.
3. A atual legislação "dá amparo à política de violência cotidiana contra trabalhadores". Por isso, a classe decidiu exigir que a Constituinte seja livre, soberana e representativa.
4. O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo federal é "limitado e tímido". Assim mesmo, os fazendeiros estão se organizando para forçar o Governo a não mexer na propriedade da terra. "Por que tanta gritaria, tanta agitação e ameaça de guerra? Afinal, o Governo disse que vai defender a propriedade. Será que o medo está na falsa documentação para pagar menos imposto nas áreas griladas?"
5. No IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio último em Brasília, os participantes decidiram que a reforma agrária deve ser feita em todas as grandes propriedades para assentar mais de 10 milhões dos sem-terra nas suas próprias regiões. Pediram ainda uma reforma mais rápida, em cinco anos. E que houvesse participação direta dos trabalhadores rurais.
6. "Sem repartir a terra entre os sem-terra não se fará reforma agrária." Mas isto não basta. Os trabalhadores exigem uma nova política agrícola que garanta preço justo para os alimentos cultivados e dê condições de educação e saúde para os camponeses.
7. "Fazemos nossas essas aspirações e bandeiras de luta. Esperamos que o Governo não decepcione mais uma vez o povo, acovardando-se e recuando diante das ameaças absurdas dos fazendeiros, uma minoria privilegiada. Não é nada justa sua revolta. É desordem social e ameaça o direito da maioria do sofrido e explorado povo brasileiro."
8. Os fazendeiros deveriam ser desarmados e os exércitos de jagunços desmontados "para o direito à terra se assentar no trabalho e na justiça e não na força e na violência". O Governo deve melhorar seu plano de reforma agrária e ouvir os trabalhadores que estão dando idéias e sugestões.
9. A comissão não substitui a organização autônoma dos trabalhadores rurais. "Nossa posição crítica e nosso compromisso com a causa dos trabalhadores rurais é a melhor forma de expressar nosso compromisso com Jesus Cristo, o Senhor verdadeiro da história. Nossa ação é eclesial. Colocamo-nos a serviço da causa dos trabalhadores, na certeza de ser o Evangelho de Jesus uma grande força para que a caminhada avance até a libertação da terra, base indispensável de uma sociedade nova." (JB - 1/7/85)